

## GRUPO ESCOLAR DE ILHÉOS E O PROJETO REPUBLICANO: DEBATE POLÍTICO SOBRE O USO SOCIAL DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

*ILHÉOS SCHOOL GROUP AND THE REPUBLICAN PROJECT: POLITICAL DEBATE  
ON THE SOCIAL USE OF THE SCHOOL INSTITUTION*

**Letícia Alves André<sup>1</sup>**

*Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC*

**Marcelo Gomes da Silva<sup>2</sup>**

*Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC*

### RESUMO

Este trabalho visa analisar o debate político oriundo da criação do Grupo Escolar de Ilhéos a partir do acervo consultado no Centro de Documentação e Memória Regional da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC/UESC), para compreender, à luz da História da Educação, os discursos que se apresentavam na imprensa no período de sua construção, inauguração e funcionamento. O interesse desta pesquisa se dá pela investigação acerca do projeto de educação republicano que traz consigo a reorganização da instrução primária via Grupos Escolares. Em Ilhéus, esse contexto se apresenta a partir da criação do Grupo Escolar de Ilhéos (1915), configurando-se como o segundo da Bahia. Os estudos de Nagle (2001), Almeida (2018), Vidal (2006) e Carvalho (2015) foram fundamentais para analisar o debate sobre a educação republicana no Brasil e na Bahia. A partir dos estudos de Souza e Faria Filho (2006), Bencostta (2005) e Monteiro (2017) foi possível analisar o projeto de instrução primária na Bahia e Ilhéus, via Grupo Escolar. Trata-se de uma pesquisa documental, de cunho exploratório, tendo como principais fontes o Jornal de Ilhéos 1914-1919 e Correio de Ilhéos 1921-1930. A análise apoiou-se no método indiciário elaborado por Ginzburg (2014). Os procedimentos descritos permitiram analisar aspectos da trajetória política de Ilhéus, as intencionalidades formativas presentes na arquitetura escolar e levaram a compreender o GE como um símbolo da História da Educação do município, sendo esse um espaço de sociabilidade. Debateu-se sobre a urgência da preservação patrimonial deste prédio escolar de quase 110 anos, que atualmente se encontra fechado e em estado deplorável, abrigando a biblioteca e arquivo público do município.

**Palavras-chave:** História da Educação. Grupo Escolar de Ilhéos. Instrução primária. Imprensa.

<sup>1</sup> Graduada na Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação - Mestrado e Doutorado Profissional (PPGE/UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil. Campus Soane Nazaré de Andrade, Rodovia Jorge Amado, Km 16, Bairro Salobrinho, Ilhéus-BA, CEP 45662-900. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0007-1936-3281> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6059858776252707> Email: [profaleticiaandre@gmail.com](mailto:profaleticiaandre@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Adjunto no Departamento de Ciências da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus, Bahia, Brasil. Endereço para correspondência: Campus Soane Nazaré de Andrade, Rod. Jorge Amado, Km 16 - Salobrinho, Ilhéus - BA, 45662-900. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8224-0152> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4832145819089248> Email: [mgsilva@uesc.br](mailto:mgsilva@uesc.br)

## ABSTRACT

This work aims to analyze the political debate arising from the creation of the Ilhéos School Group based on the collection consulted at the Regional Documentation and Memory Center of the State University of Santa Cruz (CEDOC/UESC), to understand, in the light of the History of Education, the speeches that were presented in the press during the period of its construction, inauguration and operation. The interest of this research is the investigation into the republican education project that brings with it the reorganization of primary instruction via School Groups. In Ilhéus, this context appears with the creation of the Ilhéos School Group (1915), becoming the second in Bahia. The studies by Nagle (2001), Almeida (2018), Vidal (2006) and Carvalho (2015) were fundamental in analyzing the debate on republican education in Brazil and Bahia. Based on studies by Souza and Faria Filho (2006), Bencostta (2005) and Monteiro (2017), it was possible to analyze the primary education project in Bahia and Ilhéus, via Grupo Escolar. This is documentary research, of an exploratory nature, with the main sources being *Jornal de Ilhéos* 1914-1919 and *Correio de Ilhéos* 1921-1930. The analysis was based on the evidentiary method developed by Ginzburg (2014). The procedures described allowed us to analyze aspects of the political trajectory of Ilhéus, the formative intentions present in the school architecture and led to understanding the GE as a symbol of the city's History of Education, being a space for sociability. There was a debate about the urgency of preserving the heritage of this almost 110-year-old school building, which is currently closed and in a deplorable state, housing the municipality's library and public archive.

**Keywords:** History of Education. Ilhéos School Group. Primary education. Press.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar el debate político surgido a partir de la creación del Grupo Escolar Ilhéos a partir del acervo consultado en el Centro Regional de Documentación y Memoria de la Universidad Estatal de Santa Cruz (CEDOC/UESC), para comprender, a la luz de la Historia de la Educación, los discursos que se presentaron en la prensa durante el período de su construcción, inauguración y funcionamiento. El interés de esta investigación es la indagación sobre el proyecto educativo republicano que trae consigo la reorganización de la instrucción primaria vía Grupos Escolares. En Ilhéus, este contexto aparece con la creación del Grupo Escolar Ilhéos (1915), convirtiéndose en el segundo en Bahía. Los estudios de Nagle (2001), Almeida (2018), Vidal (2006) y Carvalho (2015) fueron fundamentales para analizar el debate sobre la educación republicana en Brasil y Bahía. A partir de estudios de Souza y Faria Filho (2006), Bencostta (2005) y Monteiro (2017), fue posible analizar el proyecto de educación primaria en Bahía e Ilhéus, a través del Grupo Escolar. Se trata de una investigación documental, de carácter exploratorio, teniendo como principales fuentes el *Jornal de Ilhéos* 1914-1919 y el *Correio de Ilhéos* 1921-1930. El análisis se basó en el método probatorio desarrollado por Ginzburg (2014). Los procedimientos descritos permitieron analizar aspectos de la trayectoria política de Ilhéus, las intenciones formativas presentes en la arquitectura de la escuela y llevaron a comprender el GE como símbolo de la Historia de la Educación de la ciudad, siendo un espacio de sociabilidad. Se debatió sobre la urgencia de preservar el patrimonio de este edificio escolar de casi 110 años de antigüedad, actualmente cerrado y en estado deplorable, que alberga la biblioteca y el archivo público del municipio.

**Palabras clave:** Historia de la Educación. Grupo Escolar Ilhéos. Instrucción primaria. Prensa.

## INTRODUÇÃO

O projeto educacional no Brasil, as vias do regime político republicano, não pode ser entendido de forma homogênea. Se pensarmos, ainda, em não generalizar as discussões, veremos que essas reformas também ocorreram regadas a especificidades nos municípios. Se tratando da Bahia, ao nos debruçarmos sobre as leis instituídas visando reformar a educação, veremos como determinado local se configurou na discussão política e educacional, se aproximando da ideia de “Município Pedagógico” (Magalhães, 2019).

Segundo Magalhães (2019), “Município Pedagógico” se refere a uma “instância de institucionalidade municipal. Este conceito é meta-história. Congrega tradição, ideiação, soberania, plano, capacidade de realização” (Magalhães, 2019, p. 12). Assim, considerando a importância do conceito que ultrapassa a visualização de um município apenas do plano visual geográfico, e os territórios como locais de relações de poder, “os municípios são locais educativos, com relevância histórica e pedagógica na modernização escolar, ainda que a historiografia tenda a diluí-los no estatal, aglutinando-os na perspectiva ofensiva da educação” (Magalhães, 2019, p. 14).

É nesse sentido que este trabalho, um recorte de pesquisa, acessa discussões e produz reflexões sobre as Instituições Escolares e o contexto educacional republicano, considerando os apontamentos de Almeida (2018), e Vidal (2006) em relação ao modelo de escola primária que se apresentou no Brasil com a chegada da República: os Grupos Escolares (GEs). Além disso, com o auxílio de Bencostta (2005) podemos pensar a Arquitetura escolar, aspecto marcante na discussão educacional dos espaços escolares dos GEs. Os autores supracitados discutem sobre um movimento que produziu mudanças significativas na concepção de educação e de escola. Assim, almejando entender esse novo modelo de instrução pública na Bahia (Monteiro, 2017), chegamos à delimitação do nosso “Município Pedagógico”: ilhéus, uma cidade litorânea sul baiana. Nessa perspectiva, o nosso objeto de estudo é o Grupo Escolar de Ilhéos, inaugurado em 31 de dezembro de 1915.

Em busca de problematizar a realidade, em ruínas, do primeiro grupo escolar do interior da Bahia e considerando o papel social das Instituições educativas e escolares, buscamos refletir sobre o debate político travado na imprensa, oriundo da criação do Grupo Escolar de Ilhéos. Para tanto, para compor a análise, realizamos um levantamento bibliográfico sobre Instituições Escolares em três revistas brasileiras de História da Educação. Também nos propusemos a discutir sobre o contexto histórico e educacional da Bahia no período republicano e, por fim, analisar o debate sobre o Grupo Escolar de Ilhéos a partir de dois jornais locais: *Jornal de Ilhéos*, 1914–1919 e *Correio de Ilhéos*, 1921–1930.

O percurso metodológico utilizado neste trabalho se configura como uma pesquisa documental, uma vez que “o uso dos documentos permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão social” (Silva; Almeida; Guindani, 2009, p. 2). Utilizamos a abordagem qualitativa, pois se baseia na busca interpretativa do contexto, mediante uma visão que valoriza a experiência, a compreensão e o ser humano em seus comportamentos (Teis e Teis, 2006). Também dialogamos com a exploração desses fatos observados, utilizando, dessa forma, o cunho exploratório. Utilizamos as fontes para realizar a análise

documental, considerando a profundidade dos sinais e indícios que eles carregam (Ginzburg, 2014).

Neste aspecto, este artigo foi dividido em três seções. A primeira seção é fruto de revisões bibliográficas a partir de estudos sobre instituições escolares no período de 5 anos (2020–2024) em três revistas de História da Educação. A segunda seção discute sobre questões intrínsecas ao cenário da Bahia republicana, a partir de pesquisas sobre a República no estado e no Brasil, bem como pelo viés legislativo da Bahia. Por último, a terceira seção analisa os dados coletados no *Jornal de Ilhéos* (1914–1919) e no *Correio de Ilhéos* (1921–1930), com objetivo de compreender o debate no campo da política em relação ao Grupo Escolar de Ilhéos, um símbolo da História da Educação do município.

Espera-se, a partir da pesquisa realizada, fortalecer o debate educacional de preservação da memória, via História da Educação, a fim de pensar mecanismos políticos urgentes à manutenção do Prédio Escolar de quase 110 anos, bem como desenvolver práticas docentes que cruzem a formação educacional dos sujeitos por meio do pensamento crítico e reflexivo sobre a realidade, não isoladamente, mas histórica.

## **PESQUISAS SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO BRASIL**

O conceito de instituição escolar discutido por Saviani (2008) guarda consigo a ideia de que as instituições têm como criador o homem, criadas para suprir determinadas necessidades. Entretanto, o autor menciona que as instituições, diferentemente das organizações, são criadas para terem um caráter permanente, portanto, devem atender a uma demanda social e não individual.

As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem. (Saviani, 2008, p. 28)

Nesse sentido, as pesquisas sobre Instituições Escolares no campo da História da Educação revelam sua importância para a área, destacando a potencialidade de objetos de estudo na temática como potenciais para o entendimento e a análise historiográfica da educação. Este artigo, portanto, se debruça, nesta primeira seção, sobre as Instituições Escolares em um contexto nacional, seguindo a justificativa de considerar a temática como fundamental para a concepção da análise sobre o Grupo Escolar de Ilhéos.

Segundo Chaloba (2019), as pesquisas sobre grupos escolares vêm se ampliando no campo da História da Educação. A autora (2019) analisa como se deu a construção e trajetória desse objeto de pesquisa na área, destacando sua relevância temática para o

entendimento histórico educacional via escola primária no Brasil. Chaloba (2019) ainda destaca como essas pesquisas têm permitido uma compreensão política regional de educação e escola, ratificando as divergências que existem e existiram ao longo da história dos diferentes lugares que compõem o Brasil.

Seja em recortes temporais que vão do Império à República, pesquisar sobre as Instituições Escolares requer primeiramente a atividade de levantamento bibliográfico e estudos das produções publicizadas em plataformas que são referências da área da História da Educação. Considerando uma discussão acadêmica atualizada, utilizamos o recorte temporal de 5 anos (2020–2024). O critério de inclusão se baseou em publicações que fizessem menção a uma instituição educativa brasileira e o critério de exclusão se delimitou a partir das publicações que não tinham uma instituição escolar propriamente como objeto da pesquisa. Desse modo, selecionamos para estas ações, 10 de 26 publicações da Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), 14 de 37 publicações da Revista Cadernos de História da Educação e 9 de 14 publicações da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE).

Entre objetos, metodologias e análises, os objetivos das pesquisas sobre as Instituições Educativas perpassam em um campo de disputas que é a História da Educação. Como destaca Costa (2023), “o estudo das instituições escolares tem permitido ao campo da História da Educação brasileira ampliar o debate acerca da relação entre sociedade e educação” (Costa, 2023, p. 2). Dessa forma, os moldes educacionais, os projetos de educação em debate na sociedade, a criação e funcionamento, o espaço escolar, o currículo proposto, a trajetória de sujeitos, entre outros aspectos, são possibilidades que se cruzam com a pesquisa na temática das Instituições Escolares.

Segundo Souza (2024), os modelos de mobília também contam sobre as intencionalidades educativas de uma instituição escolar. A instrução pública primária no Brasil foi difundida por esses modelos mobiliários de origem e idealização estrangeira. Dessa forma, importar culturas e materialidades escolares europeias e norte-americanas fez parte do discurso e do projeto de modernização educacional brasileiro. Assim, a mobília dialoga com aspectos relacionados à saúde e higiene do cotidiano das escolas, uma vez que determina a configuração geográfica, arquitetônica e cultural do espaço educativo em seu cotidiano. Esse aspecto é um importante fator de intencionalidade educativa da Instituição, pois conforme esta for organizada, os corpos serão educados a terem certos tipos de comportamento.

No Brasil, é possível também pensar em correntes ideológicas que fomentaram a construção de currículos nas escolas brasileiras. Como aponta Meurer (2021), a noção de

educação estética no contexto das propostas educativas perpassou no estado do Pará no início do século XX pela concepção de disciplinas como música, canto e recitação para o público infantil, para além das disciplinas comuns. A pretensão seria “de que pela educação se conseguiria transformar os hábitos das pessoas, modificar costumes; e os sentimentos e as emoções, mobilizados na educação estética” (Meurer, 2021, p. 14).

As pesquisas sobre Instituições Educativas também destacam a importância do olhar para os sujeitos históricos presentes no processo de uma instituição. Como destaca Chiozzini (2022), que foca em sua pesquisa sobre as alunas negras da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo (1889–1910), identificando o contexto de pessoas pretas e escravizadas em relação à instrução pública, analisando através das fotografias a presença ou ausência de pessoas pretas nesta instituição.

Entender que os sujeitos são percebidos como históricos e que esses mesmos são quem dão sentido à existência da escola é de fundamental importância para perceber a constituição histórica dessa instituição, e como as “ações escolares são perpassadas por projetos de estado, em estreita relação com a política, a sociedade e as práticas cotidianas” (Stentzler, 2023, p. 3). Esse contexto pode ser visualizado na pesquisa de Stentzler (2023) em relação à criação do Grupo Escolar Balduino Cardoso, que anteriormente iniciou suas atividades como Escolas Reunidas em 1918 em meio a disputas políticas, econômicas e territoriais.

Entrelaçando-se com a Arquitetura escolar, as “narrativas do espaço habitado” (Grimaldi; Bittencourt, 2020) permitem “pensar a concepção material das escolas como produto de seu tempo, e também como intersecção de discursos arquitetônicos, pedagógicos e históricos” (Grimaldi; Bittencourt, 2020, p. 4). A arquitetura escolar como “transmissora de estímulos” permite pensar em como fomos formados, por meio de um “discurso espacial disciplinar” (Grimaldi; Bittencourt, 2020, p. 5).

A instauração do regime republicano não rompe totalmente com as ideias e formulações sociais, sobretudo educacionais, que existiam no regime imperial. Por mais que o discurso tivesse mudado (agora um discurso republicano, de progresso e modernidade), existiam descompassos entre a realidade que podiam ser visualizados na região norte, conforme destacam Alencar e Berto (2024), como também em diversos municípios do Brasil, como Ilhéus–BA. Esses descompassos podem ser representados pelo aumento da criação de escolas isoladas em meio ao discurso de circulação do modelo de escola primária via Grupos Escolares (Alencar; Berto, 2024).

O contexto dos GE's diz respeito não somente às questões educacionais, mas também acessa os locais de discussão política, social e econômica que permeiam o contexto

histórico dos locais de instalação, pois “não por acaso, é possível se dizer que os grupos escolares foram projetados para atuarem nos centros urbanos, revelando uma política educacional que privilegiava as cidades” (Ramos, 2024, p. 3). É nesse viés que Lapa e Amorim (2020) discutem sobre a ocupação desse modelo de escola na cidade de Aracaju, ratificando os princípios e estratégias de ocupação no espaço urbano.

Por outro lado, ainda pensando sobre o papel (ou uso) social da escola, a pesquisa de Silva e Miguel (2023) em relação à fundação da Escola Estadual Dom Orione (1967) pelos Padres Orionitas numa região de Curitiba–PR que carecia de atenção administrativa, segundo o Arcebispo do município, nos faz questionar qual o objetivo de se criar uma escola com viés religioso/doutrinário intencionalmente numa zona periférica e carente, e no caso dos GEs, qual a intenção de serem criados em zonas centrais?

Os estudos da área da História da Educação revelam a potencialidade investigativa a partir das Instituições escolares e permitem reflexões sobre a Educação, a escola e os sujeitos envolvidos no processo.

## **ASPECTOS CONTEXTUAIS SOBRE A BAHIA REPUBLICANA: INSTRUIR PARA CIVILIZAR**

Com o advento da República, o Brasil começa a trilhar caminhos que perpassam por reformas estruturais que diz respeito aos ideais de Nação, sociedade, civilidade, progresso e modernização (Almeida, 2018). Neste contexto, os brasileiros seriam inseridos em um projeto de reformulação de ideias que visavam implementar o sentimento de nacionalismo reconfigurado pelos ideais republicanos. Nesse sentido, o autor José Murilo de Carvalho (1990) vai destacar que “a busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República (1889–1930)” (Carvalho, 1990, p. 32).

Segundo o mesmo autor (1990), as várias repúblicas em disputa foram estruturadas a partir de diferentes grupos, que de forma política almejavam redefinir o novo sentido do Brasil, inspirados nas repúblicas dos países da Europa e dos Estados Unidos. Dessa forma, “tratava-se, na realidade, de uma busca das bases para a redefinição da República, para estabelecer um governo republicano que não fosse uma caricatura de si” (Carvalho, 1990, p. 32–33). Embora discursivamente a ideia do imaginário republicano tenha ganhado força, é importante ressaltar que as correntes republicanas não foram suficientes e eficazes para a legitimação de um imaginário popular (Carvalho, 1990). O êxito, nesse contexto, em

alguma medida se deu pela via dos compromissos com o tradicionalismo do Império ou até mesmo pela via da religião em seus valores (Carvalho, 1990).

A autora Déborah Lima (2008) em seu artigo Educação pública e secundarista em Salvador: o Ginásio da Bahia, 1895–1942, vai dizer que “a escola emerge, pois, como o grande instrumento para converter os súditos em cidadãos” (p. 199), pois havia sido instaurado um “novo paradigma de progresso” (p. 199). Não à toa, o discurso que se tinha propagava a erradicação do analfabetismo, assim como a estrutura que forma o ideário de educação na Primeira República, se revelou como um reflexo da importação de culturas europeias (Lima, 2008), ou seja, culturas colonizadoras.

Nesse contexto, Iure Barros (2023) dialoga com a autora supracitada, à medida que discute os conflitos e resistências na Bahia a partir da análise da História da Educação do Colégio Central da Bahia. Mais uma vez, o campo político de disputas educacionais se anuncia na resistência da escola em tempos difíceis de reorganização do ensino.

No sul da Bahia, a pesquisa de Flordeni Freitas (2023) investiga em Ilhéus os debates e enfrentamentos na criação da Escola Comercial, que nos dá subsídios para analisar parte do contexto educacional na região cacaueira via instrução primária, secundária, ginásio, ensino profissional e escola normal. Em seus diversos desdobramentos, podemos enxergar uma Bahia republicana de muitas disputas e resistências no campo educacional, com uma educação que revela o contexto político de cada época.

Conforme discute Almeida (2018), a obrigatoriedade do ensino como resultado de sua legitimação refletiria em comportamentos almejados para o novo projeto de nação, à medida que “por meio da escola e de seu caráter compulsório, tratava-se de atingir e gerir a população dos pequenos, de modo a equipá-la com os códigos mínimos do mundo civilizado, com os efeitos disciplinares correlatos” (Almeida, 2018, p. 15). Se tratava, portanto, de uma higienização dos corpos, das mentes, dos comportamentos. Um projeto eugenista e higienista para uma nova formação de cidadãos, “cujo discurso negava, em verdade, a própria existência do povo” (Lima, 2008, p. 199).

Nesse sentido, não mais se tratando de um Império, seja no viés político, econômico e social, seria necessário demarcar na formação dos sujeitos tais ideias. Um projeto de Educação, portanto, se configura, nesse contexto, como um dos caminhos para atingir esse objetivo a longo prazo. É preciso ressaltar que, apesar da República se colocar, discursivamente, como reinaugurando a “formação da nação”, muitos aspectos apresentados são uma continuidade dos ideais de civilização, presentes desde o período Imperial. O que podemos observar, e que emerge com um projeto muito delineado no que tange à escolarização, é a formulação dos Grupos Escolares, proposta que reúne uma

## O grupo escolar de Ilhéos e o projeto republicano: um debate político sobre o uso social da instituição escolar

confluência de ideias e firma-se como uma “forma escolar” que, cada vez mais, predominaria como ideal de escolarização.

A Lei que primeiro organiza o ensino público no Estado da Bahia no período da República é a Lei n. 117 de 24 de agosto de 1895, aprovada pelo Governador Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Segundo o 1º artigo da referida lei,

O ensino publico no Estado da Bahia tem por objectivo a criação, organização e manutenção de instituições que promovam e aperfeiçoem o desenvolvimento physico, intellectual e moral do individuo, dando-lhe uma educação integral que o habilite a bem servir a família e a sociedade. (BAHIA, 1895, p. 245-246)

Esses ideais propostos visavam direcionar os sentidos da educação em todo o estado da Bahia. É preciso lembrar que entre a formulação da legislação e aquilo que se apresenta enquanto prática, há diferenças e complexidades. Neste sentido, demarcar a primeira lei do ensino no estado é importante enquanto perspectiva do que se vislumbrava. José Luz (2019), demonstra como o estado estava estruturado de forma oligárquica, com o marcador do coronelismo durante toda a primeira república.

Partindo desse pressuposto, ainda que a crise econômica tenha criado um cenário de dificuldades na Bahia, os ideais de nacionalismo se perpetuavam principalmente pela via da educação. A República não conseguiu, a princípio, romper com uma marca que podemos considerar como resquício do Ato Adicional de 1834, que delegou às províncias a responsabilidade de regulamentar a instrução pública. As antigas “províncias”, atualmente os “Estados”, continuaram, por muito tempo, com proposições que divergiam entre os entes federados. Desse modo, as reformas educacionais republicanas aconteceram de formas e percursos diferentes nos diversos estados brasileiros, como apontado por Jorge Nagle (2001) em seu livro Educação e sociedade na Primeira República.

Em contraponto, a visão de Nagle é criticada, pois “ela atinge apenas um único nível, essencialmente sociológico, dos procedimentos de aculturação produzidos pela escolarização, que se exprime nas estratégias de difusão, imposição e apropriação de novos saberes pedagógicos e de novas práticas escolares” (Paulilo, 2003, p. 97).

A Lei n. 117 de 24 de agosto de 1895 descreve características importantes em relação à nova organização do ensino primário na Bahia:

Art. 8.º O ensino primario é dividido em : Infantil; Elementar ou do 1º grao - obrigatorio. Complementar ou do 2º grao.

Art. 9.º As escolas primarias de qualquer natureza observarão a organização pedagogica das escolas modelos, annexas aos cursos normais.

Art. 10. Segundo o plano desta lei, um grupo escolar completo, comprehende a escola infantil, a elementar e a complementar as quaes poderão funcconar separadamente, ou em um só predio (BAHIA, 1895, p. 245-246).

A descrição da legislação acima menciona a organização do ensino primário via configuração de grupo escolar, em que o funcionamento seria em um só prédio, reunindo escola infantil, elementar e complementar. Nesse viés, além de compreender as características e configurações dos Grupos Escolares, como escolas modelos de provimento da instrução pública primária durante o período republicano, as discussões seguintes perpassam pela análise sobre o debate do campo político presente na imprensa ilheense acerca da criação do primeiro Grupo Escolar inaugurado no interior da Bahia: o Grupo Escolar de Ilhéos (1915).

## **A IMPRENSA LOCAL E O DEBATE SOBRE O GRUPO ESCOLAR DE ILHÉOS**

O conceito de documento é discutido por Cellard (2008) ao estabelecer reflexões sobre as metodologias e instrumentos de análise que utilizam essa fonte. Nos apoiando neste autor, temos que:

De fato, tudo o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado documento ou “fonte”, como é mais comum dizer, atualmente. Pode tratar-se de textos escritos, mas também de documentos de natureza iconográfica e cinematográfica, ou de qualquer outro tipo de testemunho registrado, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, etc. No limite, poder-se-ia até qualificar de “documento” um relatório de entrevista, ou anotações feitas durante uma observação, etc. (Cellard, 2008, p. 296–297).

Nesse viés, Cellard (2008) também desenvolve a noção de documento escrito, entretanto, considerar esta noção ampla nos permite alargar nosso olhar para o âmbito social das fontes documentais na metodologia de pesquisa documental.

## **O Jornal de Ilhéos e o Correio de Ilhéos como fonte de análise**

Os impressos são fontes importantes para as pesquisas em História da Educação. Nos jornais, encontramos diversos debates educacionais, participação de professores e professoras, colunas que apontam para temáticas muito raras ao campo histórico-educacional, além de permitir, pela sua periodicidade, desvendar um cenário cotidiano dos acontecimentos. Assim, mesmo não tratando especificamente de uma imprensa pedagógica, os jornais nos auxiliam nas pesquisas, como destacou Raquel Campos (2012):

Assim se buscam nas folhas impressas não apenas as questões educacionais literais já mencionadas. Antes disso, são esquadrihados os sentidos que os homens do passado conferiram ao mundo por meio de imagens, palavras, notícias, entrevistas e propagandas estampadas em páginas hoje amareladas. São procuradas as formas como os grupos que confeccionaram tais folhas as consumiram e as puseram em circulação. E mais: são perscrutadas as formas como os homens do passado olharam o mundo, se deram a ver no mundo, buscaram ensinar o outro a olhar este mundo de uma determinada maneira. (Campos, 2012, p. 62).

O *Jornal de Ilhéus* era vinculado ao órgão do Partido Republicano Democrata, tendo como Redator-chefe, primeiramente e por pouco tempo, Alípio Mota. Posteriormente, o Coronel Antonio Pessoa assumiu o cargo. Na gerência do Jornal, estava o Tenente-Coronel Laudelino Pimentel. Sua primeira edição foi publicada em 1912 e o fim das publicações foi noticiado em 1921, na edição número 82 do dia 31 de dezembro, no jornal *Correio de Ilhéus*. Nesta mesma notícia, há a informação de que o *Jornal de Ilhéus* passou a ser propriedade do Coronel Misael da Silva Tavares. Vale ressaltar que, nesta pesquisa, o acesso a essa fonte de imprensa foi possível apenas no período correspondente a 1914-1919, devido à disponibilidade no acervo do CEDOC/UESC. Pelos nomes dos donos do periódico, é possível perceber o interesse da elite ilheense sobre a imprensa, naquela época, um dos principais meios de comunicação e produção de notícias. Destacamos esses aspectos para frisar que não tomamos as notícias como verdades, ao contrário, nos atentamos para o contexto de produção das mesmas no jogo político na cidade.

O *Correio de Ilhéus*, da mesma forma que o *Jornal de Ilhéus* era pertencente a um órgão político, o Partido Democrata. Na Gerência desse periódico estava Ismael Reis, e na Direção também estava o Coronel Antonio Pessoa. A primeira edição publicada foi no ano de 1921 e a última no ano de 1930. Além disso, Santana et al. (2022) destacam que os redatores do *Correio de Ilhéus* eram Astor e Mário Pessoa, filhos do Cel. Antonio Pessoa, e que mais tarde, o último filho citado se tornou Intendente Municipal no período de 1924–1928, e em sequência seu genro, Durval Olivieri, no período de 1928–1930. Nesta pesquisa, tivemos acesso a essa imprensa no período de 1921–1930, também disponível no acervo do CEDOC/UESC.

Em diálogo com a problematização de Campos (2012), apesar do *Jornal de Ilhéus* e do *Correio de Ilhéus* serem datados no século XX, a análise aos discursos presentes e à gestão dessas fontes nos permite considerá-los como instrumentos de perpetuação política, que exaltam as figuras de personalidades, como Antonio Pessoa (figura política de Ilhéus, coronel, dono dos jornais oficiais do município, segundo Heine (s/d, s/p.), já foi presidente da câmara de deputados e Intendente Municipal de Ilhéus), J. J. Seabra (político influente que governou o Estado da Bahia por muitos anos), Misael Tavares (uma figura política da elite de Ilhéus, foi coronel e comerciante), Ruy Barbosa (foi Senador pela Bahia e vice-presidente do Senado Federal, intelectual e político do período republicano), Durval Olivieri (engenheiro da região, político e membro familiar do Cel. Antonio Pessoa), entre outros. O autor Philippe Murillo Santana de Carvalho (2015), em sua tese intitulada *Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918–1934)* vai destacar que “entre 1912 e 1924, a Bahia viveu um período de predomínio da influência de J. J.

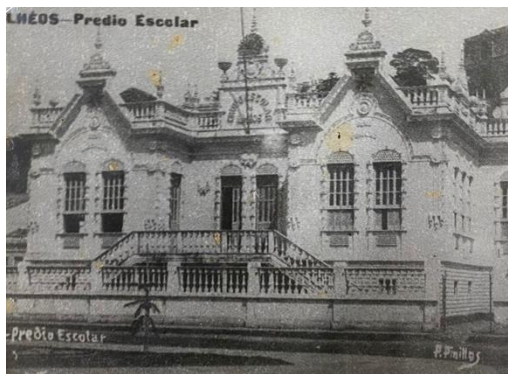
Seabra no governo estadual, que influenciou a arena política de outras regiões” (Carvalho, p. 21, 2015).

### **Arquitetura escolar e uso social do Grupo Escolar de Ilhéos**

O Grupo Escolar de Ilhéos foi construído à frente da Praça Castro Alves, no centro da cidade. Sua inauguração ocorreu conforme a data divulgada no *Jornal de Ilhéos*, no dia 31 de dezembro de 1915. A imponência do Prédio Escolar construído, chama a atenção pela grandiosidade no campo contextual da Educação, antes ausente no município. Inicialmente, sua construção se deu em 1912, mas foi paralisada, retornando apenas em meados de 1915. O discurso presente no jornal demonstrava que havia uma intencionalidade de produção do ideário imagético que se apresentava na ideia do convite à população para “contemplarem” a obra da instituição. A “politicagem” se vislumbrava mais uma vez.

O convite à inauguração chama a atenção por convidar toda a população ilheense em apelo, pois a ideia do Prédio repassada para a população é a de que “é um grande edifício construído com os recursos do município” (Jornal de Ilhéos, Ed. 179, 25/12/1915, p. 1), e que o funcionamento seria destinado para as escolas municipais e estaduais. Por isso, a nota finaliza ratificando: “É tão bello e magestoso, que o povo Ilheense não pode ser *indifferente* à inauguração” (Jornal de Ilhéos, Ed. 179, 25/12/1915, p. 1). E ainda, em relação a sua arquitetura é referido como “o qual, em qualquer parte, ainda mesmo ao lado dos mais luxuosos e elegantes palacetes que aformoseiam a capital da República, não deixaria de ser apreciado pela sua imponencia e pela sua esthetica” (Jornal de Ilhéos, Ed. 180, 01/01/1916, p. 1).

**Figura 1** – Fotografia do GE de Ilhéos, em seus primeiros anos



**Fonte:** Pasta 25 Instituições - CEDOC/UESC.

A descrição de sua arquitetura segue ressaltando que “o Grupo tem 4 faces, 2 dellas voltadas para o mar, o que já constitui uma garantia hygienica, si outras, além desta não

fosse criteriosa e cientificamente preenchidas” (Jornal de Ilhéos, Ed. 180, 01/01/1916, p. 1). A higiene era um fator importante ao se pensar na Educação inseria ao contexto republicano dos Grupos Escolares. Como se nota na tese de Silva (2019), o “higienismo à la carte” forjou a construção da modernidade na Bahia. No Grupo Escolar de Ilhéos, portanto, a higiene foi pensada na perspectiva curricular, na estrutura externa e interna. Na parte interna, há um destaque a ser feito: “Internamente o edifício oferece ao observador a agradável impressão de ver preenchidas todas as exigências hygienicas” (Jornal de Ilhéos, Ed. 180, 01/01/1916, P. 1).

Com uma arquitetura neoclássica, o Prédio Escolar apresenta simetria, colunas e janelas altas. Além disso, “tres das faces externas são ladeadas por elegantes escadas de duplo acesso, construídas de cimento armado, obedecendo, já na inclinação, já nas dimensões de seus degraus, as rigorosas prescrições da arte” (Jornal de Ilhéos, Ed. 180, 01/01/1916, p. 1). A arte, nesse sentido, se refere à valorização arquitetônica de referência europeia. Quanto às dimensões do Prédio Escolar, “ocupa só o edifício uma área de 788, m<sup>2</sup> elevando-se esta superfície a 1908, m<sup>2</sup> incluindo as áreas destinadas a jardins e recreio” (Jornal de Ilhéos, Ed. 180, 01/01/1916, p. 1).

De forma específica, as salas foram projetadas também para serem espaçosas e bem ventiladas: “Suas nove espaçosas salas, de cantos arredondados para evitar o acumulo de poeiras, com entradas independentes, ocupam uma área de 413, m<sup>2</sup> tendo as oito destinadas às aulas 384, m<sup>2</sup>.” (Jornal de Ilhéos, Ed. 180, 01/01/1916, p. 1). Além dessas especificações, a nota do jornal destaca que “todas as salas tem 5 metros de pé direito o que dá a cada uma a cubação de 240, m<sup>3</sup>, ou seja 6, m<sup>3</sup> para cada aluno, calculando a frequência em 40 educandos” (Jornal de Ilhéos, Ed. 180, 01/01/1916, P. 1). As janelas altas, a partir do tipo de arquitetura projetada ao GE de Ilhéos, demarcam aspectos ligados à higiene que se objetivava: “Suas janellas são rotativas, deixando o aluno perceber um quarto do horizonte. A cor dominante é verde - a mais propicia à difusão da luz” (Jornal de Ilhéos, Ed. 180, 01/01/1916, p. 1).

A arquitetura escolar contribui para as formas pelas quais as culturas escolares são produzidas, assim como Escolano Benito (2017) destaca em seu livro *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. O autor vai dizer que “O tempo, junto com o espaço, é um dos elementos estruturais e estruturantes da cultura da escola, que interfere igualmente na organização da memória dos sujeitos” (2017, p. 193). Nesse sentido, o Grupo Escolar apresenta um detalhe que para a História da Educação ultrapassa a dimensão de detalhe, mas expressa os ideais propostos para a subjetividade da formação dos sujeitos: “Cada uma destas salas receberá o nome de um patricio illustre, ensinando-se assim às crianças a

renderem culto ao merito, familiarizando-os com esses marcos luminosos de nossa historia patricia” (Jornal de Ilhéos, Ed. 180, 01/01/1916, p. 1).

Nessa perspectiva, “a arquitetura como discurso” (Escolano Benito, 2017) vai compondo culturalmente a memória dos educandos. Pode-se perceber como arquitetura desse local de instrução primária foi considerada fator importante para o processo formativo das crianças que circulavam pelo Prédio escolar em Ilhéus. Dessa forma, a organização do conteúdo não é apenas aquilo que é ensinado, mas também se refere ao que subjetivamente é posto cotidianamente no ambiente de instrução. No tocante ao Grupo Escolar de Ilhéos, o “culto ao merito” e a familiarização com a “historia patricia” estava marcada ou lapidada em sua arquitetura escolar.

Uma das características dos Grupos Escolares, é a disposição de turmas a partir dos sexos. Apesar do agrupamento, existiam turmas de meninas e turmas de meninos. No caso do GE de Ilhéos, essa disposição é visível até os dias atuais em sua arquitetura. Na fachada do prédio estão escritos os dizeres “SEXO FEMININO” um pavilhão e “SEXO MASCULINO” no pavilhão ao lado. A nota do jornal destaca que “a disposição interna é de tal forma inteligentemente dada, que a separação dos 2 sexos é perfeita e a vigilância é fácil e rigorosamente exercida” (Jornal de Ilhéos, Ed. 180, 01/01/1916, p. 1). Nota-se que a vigilância era um ponto muito importante a ser pensado na organização do ensino. Essa organização era pensada delimitando os espaços, conteúdos e comportamentos a partir do recorte de gênero.

Ao longo das notícias, pudemos localizar reuniões do Tiro de Guerra (Correio de Ilhéos, s/n, s/d), funcionamento do quartel e cadeia (Correio de Ilhéos, Ed. 75, 23/12/1921, p. 1), reuniões do Gremio Olavo Bilac (Correio de Ilhéos, Ed. 75, 23/12/1921, p. 2), reuniões do Conselho Municipal (Correio de Ilhéos, Ed. 77, 26/12/1921, p. 1), além de abrigar as várias programações educacionais e infantis do município de Ilhéus.

O grupo escolar de Ilhéus e o projeto republicano: um debate político sobre o uso social da instituição escolar

Figura 2 – O GE de Ilhéus como sede da creança ilheense



Fonte: Correio de Ilhéus, Ed. 1107, 13/10/1928, p. 1.

Nas páginas dos jornais envelhecidos, percebemos como o Grupo Escolar de Ilhéus é símbolo no que diz respeito à instrução primária no município de Ilhéus, ou ainda, “o magnifico Predio Escolar, sede das grandes festas da creança Ilheense” (Correio de Ilhéus, Ed. 1107, 13/10/1928), conforme apresenta a notícia da figura acima. Não é à toa que Ilhéus foi escolhida para sediar o primeiro GE no interior do Estado da Bahia, como vimos em relação à contextualização histórica, política e econômica desta região.

Perceber a discussão de Ilhéus como “Município Pedagógico” (Magalhães, 2019) se fez essencial para a compreensão da dimensão da história do GE de Ilhéus, não podendo realizá-la isoladamente do local onde está situada. Por meio dos jornais, a análise ocorreu considerando aspectos ligados ao debate na perspectiva da política e da pedagogia sobre a construção, a inauguração, os aspectos da arquitetura escolar, os usos do prédio e a movimentação de professoras/es e turmas na instituição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto atual de Ilhéus e as aprendizagens durante a formação acadêmica encaminham o interesse pela pesquisa desta Instituição escolar. O estado atual de um prédio centenário como o GE de Ilhéus, que era utilizado pelo público, gratuitamente e

para diversos fins educativos e formativos, hoje se encontra de portas, janelas e grades fechadas. Os estudos sobre Instituições escolares contribuem para o entendimento educacional, uma vez que investiga o projeto de Educação que se apresenta no cotidiano, nas práticas educativas, na cultura material e imaterial, na memória, naquilo que é, nesse caso, intraescolar, mas não se limita apenas ao que acontece na escola, como também reflete fora dela. Portanto, essa pesquisa contribui para o debate no campo da História da Educação de Ilhéus, apresentando aspectos da história de uma Instituição e buscando auxiliar no entendimento acerca da importância da preservação deste Patrimônio educativo.

Ao longo do trabalho, percebemos como o prédio do GE de Ilhéus se configura como um espaço formativo e de sociabilidade municipal. O Professor Arleo Barbosa destaca a movimentação de alunos presentes do GE de Ilhéus no ano 1981, em seu livro *Notícia Histórica de Ilhéus* (1994). Naquele ano o quantitativo era de 489 alunos, sendo o 8º GE do município com maior número de matrículas.

É preciso ressaltar que o Prédio Escolar está presente na memória das pessoas ilheenses de diferentes formas, seja como escola ou com as outras várias ocupações públicas que foram possíveis. Em 2002, não mais como escola, iniciou-se o funcionamento abrigando 2 instituições públicas: a Biblioteca Pública Municipal Adonias Filho e o Arquivo Público João Mangabeira. Paralelamente a esses aspectos, a não utilização pública deste espaço tão importante atualmente causa questionamentos. Infelizmente, além da indisponibilidade de acesso, ainda existe a negligência com a manutenção do prédio, que, relembrando, fará 110 anos em 2025.

**Figura 3** – Estado atual do prédio onde funcionou o GE de Ilhéus



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Mário de Castro Pessoa escreveu um livro em homenagem ao centenário de seu pai Mario Pessoa Costa e Silva. O referido autor do livro *Nos Tempos de Mário Pessoa* descreve, já em 1994, a dificuldade de acesso às fontes e aos arquivos municipais. Ele diz:

Convém notar que por falta quase exclusiva, das fontes para pesquisas mais aprofundadas dos exercícios de 1925 e 1926 — pois Ilhéus, até o presente ano de 1994, sequer dispõe de uma Biblioteca ou de um acervo público que pudesse ou nos desse a possibilidade de pesquisar a sua história, os seus grandes homens. Ilhéus perdeu infelizmente a sua memória. É lastimável! (Pessoa, 1994, p. 66).

Cabe, portanto, realizar a mesma denúncia, entretanto em medidas divergentes. O que diríamos ao autor hoje, em um contexto em que há Arquivo Público municipal, mas o mesmo se encontra abandonado e em estado deplorável? As possibilidades de pesquisa da história de Ilhéus através do Arquivo se tornaram inexistentes. Assim, Ilhéus, infelizmente, continua a perder sua memória.

Quem passa a observar o prédio, não vê ninguém e, ao mesmo tempo vê em alguns momentos luzes ligadas e veículos de transporte por dentro das grades. Quem seriam os “fantasmas” do Grupo Escolar de Ilhéus? Embora Ilhéus seja reconhecida como histórica, prédios como esse costumam ser abandonados, e caírem no esquecimento da administração pública. Esses prédios costumam desabar, como aconteceu em abril de 2024 com o prédio construído na década de 1920 em que funcionou a Sociedade Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus<sup>3</sup>. Não estamos apenas falando da estrutura física que se esvai nesse processo, mas quando um patrimônio é negligenciado, a referência que se faz também é sobre a negligência de todo o significado histórico, cultural e de identificação.

Nesse sentido, não é possível sinalizar a finalização desta discussão, pois se trata de uma narrativa que precisa de muitas ações e respostas. É analisando o processo educacional, em sua longa temporalidade, que compreendemos o presente e projetamos o futuro. Assim, buscamos, através da História da Educação, debater sobre a preservação da memória, a valorização da escola e do espaço educativo e auxiliar nas disputas pela participação e ocupação pública de espaços como esse.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, I. R. de F. S. de; BERTO, R. C. O Grupo Escolar de São Mateus pelas lentes dos inspetores escolares: contradições de um discurso (1908-1930). **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 23, n. Contínua, p. e-2024, 2024. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v23-e2024-02>.

ALMEIDA, C. B. de. **Um país de poucas letras? Experiências de educabilidade, instrução obrigatória e analfabetismo na “Cidade Maravilhosa” (1900-1922)**. 2018. 367f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdtu.uerj.br:8443/handle/1/10463>. Acesso em: 05 set. 2024.

---

<sup>3</sup> Sobre o desabamento ver: <https://www.brasildefatog.com.br/2024/05/10/requiem-para-a-memoria-patrimonio-incendios-escombros-e-descaso>

BAHIA (Estado). **Lei n. 117 de 24 de agosto de 1895**. Organiza o ensino na Bahia. Governo do Estado da Bahia, 1895. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=235130&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=14791>. Acesso em: 05 set. 2024.

BARBOSA, C. R. A. **Notícia Histórica de Ilhéus**. Itabuna: edição do autor, 1994, 138p.

BARROS, I. A. dos S. **Colégio Central da Bahia: conflitos e resistências na história da educação (1964-1985)**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-BA, 2023. Disponível em: <https://www.biblioteca.uesc.br/pergamumweb/vinculos/202110852D.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2025.

BENCOSTTA, M. L. **História da educação: arquitetura e espaço escolar**. São Paulo, SP: Cortez. 2005.

CAMPOS, R. D. de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Rev. bras. hist. educ.**, campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38775>. Acesso em: 02 out. 2024.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, P. M. S. de. **Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)**. 2015. 294f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/23329>. Acesso em: 03 out. 2024.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4941227/mod\\_resource/content/0/Ana%CC%81lise%20documental\\_Cellard.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4941227/mod_resource/content/0/Ana%CC%81lise%20documental_Cellard.pdf). Acesso em: 23 jan. 2025.

CHIOZZINI, D. F.; LEAL, L. S. As alunas negras da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo (1889-1910). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 22, n. 1, p. e213, 1 jul. 2022. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e213>.

COSTA, E. M. Instituições escolares no Marajó. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 23, n. 1, p. e285, 24 jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v23.2023.e285>.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Rocha, Heloísa Helena Pimenta; Silva, Vera Lucia Gaspar da. Campinas: Alínea, 2017.

FREITAS, F. S. M. **Dos galpões de cacau aos balcões do comércio: debates, disputas e enfrentamentos na criação da Escola Comercial de Ilhéus (1934-1941)**. 2023.

O grupo escolar de Ilhéus e o projeto republicano: um debate político sobre o uso social da instituição escolar

Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Educação, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus-BA, 2023. Disponível em: <https://www.biblioteca.uesc.br/pergamumweb/vinculos/202110850D.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2025.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GRIMALDI, L. C.; BITTENCOURT ALMEIDA, D. Narrativas do espaço habitado: sensibilidades no estudo dos prédios escolares de Porto Alegre/RS (1940/1980). **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 24, p. e99641, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/99641>.

HEINE, M. L. **Dados para a elaboração de uma História de Ilhéus**. Fundação Cultural de Ilhéus. Disponível em: Centro de Documentação e Memória Regional – UESC. S/d, S/p.

LAPA, D. A.; AMORIM, S. S. O encontro das linhas: cidade de Aracaju e grupos escolares (1914-1925). **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 24, p. e93420, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/93420>.

LIMA, D. K. de. **Educação pública e secundarista em Salvador: O Ginásio da Bahia, 1895-1942**. In: História da educação na Bahia. José Augusto Ramos da Luz e José Carlos Silva (Orgs.). p. 197-231, 2008.

LUZ, J. A. R. **Educação, sociedade e infância na Bahia Republicana**. In: História da educação na república: instituições, culturas escolares e trajetórias docentes/ Antonieta Miguel, José Augusto Ramos da Luz (Orgs.). p. 19-42, 2019.

MAGALHÃES, J. Municípios e História da Educação. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 9–20, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v18n1-2019-2>.

MEURER, S. DOS S. A noção de educação estética no currículo da escola primária no Paraná – início do século XX. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, n. 1, p. e165, 1 fev. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/10.4025/rbhe.v21.2021.e165>.

MONTEIRO, C. P. dos S. Para uma história dos grupos escolares na Bahia: a trajetória do Grupo Escolar Rio Branco (1905//1929). 2017, 140 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2017. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/items/197d16a7-bf98-4a5e-b722-2e664163fad7>. Acesso: 14 jun. 2024.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 411p.

PAULILO, A. L.. Aspectos políticos das reformas da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro durante os anos 1920. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 46, p. 93–122, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000200005>.

PESSÔA, M. de C. **No Tempo de Mário Pessôa**. Salvador: edição do autor, 1994, 190p

RAMOS, G. P. Inserção social dos Grupos Escolares de Campinas segundo os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo (1907-1920). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 24, n. 1, p. e326, 24 maio 2024. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v24.2024.e326>.

SANTANA, T. S. de; et al. O ESPORTE EM ILHÉUS E A CONSOLIDAÇÃO DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA (1921). **Movimento**, v. 28, p. e28030, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.113797>.

SAVIANI, D. INSTITUIÇÕES ESCOLARES: CONCEITO, HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PRÁTICAS. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 4, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SILVA, C. A. da C. J. J. Seabra e o higienismo à la carte: um estudo descritivo e analítico sobre as relações que forjaram a construção da modernidade conservadora baiana (1912-1924). Salvador, 2019, 268p, Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da UFBA e UEFS. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31477>. Acesso em: 09 out. 2024.

SILVA, G. F. da; MIGUEL, M. E. B. O papel social da Escola Estadual Dom Orione (Curitiba/PR) e as políticas nacionais e estaduais de educação (1967a 1971). **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 22, n. Contínua, p. e-210, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v22-2023-210>.

SILVA, J.; ALMEIDA, C.; GUINDANI, J. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I, nº 1, jul. 15p, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SOUZA CHALOPA, R. F. de. A contribuição dos Estudos sobre Grupos Escolares para a Historiografia da Educação Brasileira: reflexões para debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, 19, e063 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/47241>. Acesso em: 29 jan. 2025.

SOUSA, M. do S. A. de. Mobília escolar: os modelos franceses e norte-americanos circulantes na instrução primária do Pará. **Revista Brasileira de História da Educação**. v. 24, 25p, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v24.2024.e299>.

STENTZLER, M. M. Inspeção e práticas cotidianas no Grupo Escolar Balduino Cardoso, Porto União/SC (1954-1957) . **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 27, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/126481>.

TEIS, D. T.; TEIS, M. A. A abordagem qualitativa: a leitura no campo de pesquisa. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, v. 1, p. 1-8, 2006. Disponível em: <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/teis-denize-abordagem-qualitativa.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2024.

VIDAL, D. G. **Grupos escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. 1 ed. Campinas: Mercado de Letras. 2006, v. 1, 376p. Disponível

O grupo escolar de Ilhéos e o projeto republicano: um debate político sobre o uso social da instituição escolar

em:[https://www.academia.edu/42048563/Grupos\\_Escolares\\_Cultura\\_escolar\\_prim%C3%A1ria\\_e\\_escolariza%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_inf%C3%A2ncia\\_no\\_Brasil\\_1893\\_1971](https://www.academia.edu/42048563/Grupos_Escolares_Cultura_escolar_prim%C3%A1ria_e_escolariza%C3%A7%C3%A3o_da_inf%C3%A2ncia_no_Brasil_1893_1971). Acesso em: 05 out. 2024.

## **FONTES**

A Semana da Educação. Correio de Ilhéos, Ilhéus, Ed. 1107, 13 de outubro de 1928, p. 1.  
Fotografia Prédio Escolar. Pasta 25 INSTITUIÇÕES (CEDOC/UESC), Ilhéus, s/n, s/d.  
Grêmio Olavo Billac. Correio de Ilhéos, Ilhéus, Ed. 77, 26 de dezembro de 1921, p. 1.  
Grupo Escolar. Jornal de Ilhéos, Ilhéus, Ed. 179, 25 de dezembro de 1915, p. 1.  
Grupo Escolar. Jornal de Ilhéos, Ilhéus, Ed. 180, 01 de janeiro de 1916, p. 1.  
“Jornal de Ilhéos”. Correio de Ilhéos, Ilhéus, Ed. 82, 31 de dezembro 1921, p. 1.  
Mudança de quartel e cadeia. Correio de Ilhéos, Ed. 75, 23 de dezembro de 1921, p. 1.  
Posse do novo governo municipal, Ilhéus, Ed. 77, 26 de dezembro de 1921, p. 1.  
Uma reunião do Tiro 500. Correio de Ilhéos, Ilhéus, s/n, s/d.

***Submetido em:*** 29 de jan de 2025.

***Aprovado em:*** 26 de mar de 2025.

***Publicado em:*** 30 de abr de 2025.